

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 731/2021-PGJ, DE 2.3.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 17.2.2021, em razão do falecimento de seu filho, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 684/2021-PGJ, DE 25.2.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de março de 2021, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (98478-2033)
10 (19h01min) a 17.3.2021 (11h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	98147-1152
17 (19h01min) a 24.3.2021 (11h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99965-4987
24 (19h01min) a 31.3.2021 (11h59min)	4ª	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	98221-2345
31.3 (19h01min) a 7.4.2021 (11h59min)	9ª	Luciano Anechini Lara Leite	99675-9777

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 697/2021-PGJ, DE 25.2.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Maracaju, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 30 e 31.3.2021, em razão de férias da Promotora de Justiça Simone Almada Goes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 699/2021-PGJ, DE 1º.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 21ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luciana do Amaral Rabelo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 20ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 22 a 31.3.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos; e tornar sem efeito a Portaria nº e-513/2020-PGJ, de 8.12.2020, na parte que designou o Promotor de Justiça Wilson Canci Junior no referido período.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 702/2021-PGJ, DE 1º.3.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 25ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 29 a 31.3.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 705/2021-PGJ, DE 1º.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 54ª Zona Eleitoral, no período de 29 a 31.3.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 707/2021-PGJ, DE 1º.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Dourados, José Aparecido Rigato, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos períodos de 17 a 19.3.2021, em razão de férias compensatórias, e de 22 a 26.3.2021, em razão de compensação do Promotor de Justiça José Antonio Alencar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 709/2021-PGJ, DE 1º.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 38ª Zona Eleitoral, no período de 22 a 31.3.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 718/2021-PGJ, DE 2.3.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 11.2.2021, em razão do falecimento de seu genitor, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 719/2021-PGJ, DE 1º.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 31.7.2019 e nos períodos de 29.7 a 5.8 e 18 a 25.11.2019, a serem usufruídos no período de 5 a 9.7.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 720/2021-PGJ, DE 1º.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 6 a 13.9.2017, a ser usufruído no dia 5.3.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 721/2021-PGJ, DE 2.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Bela Vista, William Marra Silva Junior, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar o julgamento do Processo nº 0000479-68.2020.8.12.0038, perante a sessão plenária do Tribunal do Júri na comarca de Nioaque, no dia 5.3.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 722/2021-PGJ, DE 2.3.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Aparecida do Taboado, Oscar de Almeida Bessa Filho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da comarca de Corumbá, no dia 3.3.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 723/2021-PGJ, DE 2.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, atualmente exercendo a função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria-Geral, no período de 23.2 a 2.3.2021, em razão de licença da Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 724/2021-PGJ, DE 2.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça Aline Mendes Franco Lopes, Candy Hiroki Cruz Marques Moreira, Cristiane Amaral Cavalcante, Pedro Arthur de Figueiredo, Ricardo Benito Crepaldi, Rogerio Augusto Calabria de Araujo e Silvio Amaral Nogueira de Lima para, sem prejuízo de suas funções, auxiliarem na formalização dos acordos de não persecução penal nos inquéritos policiais e procedimentos afetos à 17ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, a partir de 1º.3.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 726/2021-PGJ, DE 2.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Christiane de Alencar 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 17 a 27.2 e 23 a 30.3.2020, a serem usufruídos nos dias 25 e 26.3.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 727/2021-PGJ, DE 2.3.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti 2 (dois) dias de compensação por ter coadjuvado a 48ª Zona Eleitoral nas eleições de 2018, no dia 7.10.2018, a serem usufruídos nos dias 1º e 2.3.2021, nos termos do artigo 98 da Lei nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 729/2021-PGJ, DE 2.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 27.2.2021, em razão do falecimento de seu genitor, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 732/2021-PGJ, DE 2.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a serem usufruídos no período de 3 a 5.3.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 733/2021-PGJ, DE 2.3.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 19.7.2020, a ser usufruído no dia 23.2.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-142/2021/PGJ, DE 26.2.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Reginaldo de Oliveira Vilanova, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 24.1 a 2.2.2022 e de 5 a 14.12.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.1.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-143/2021/PGJ, DE 1º.3.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Paola Reginato Pereira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.5.2021 e de 1 a 10.7.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.4 a 5.5.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-144/2021/PGJ, DE 1º.3.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Cecilia Soares de Paiva, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.6.2021 e de 3 a 12.11.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 3 a 12.5.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-145/2021/PGJ, DE 2.3.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Maria Rosa Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.7.2021 e de 9 a 18.12.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 27.4 a 6.5.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-146/2021/PGJ, DE 2.3.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

RESOLVE:

Suspender as férias concedidas à servidora Andreia Fernandes Francischini, por meio da Portaria nº e-1/2020, de 15.7.2020, que seriam usufruídas no período de 1 a 10.3.2021, a serem usufruídas no período de 17 a 26.5.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos dos artigos 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-147/2021/PGJ, DE 2.3.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Fabio Castro dos Santos, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 27.9 a 6.10.2021 e de 6 a 15.12.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.4.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-148/2021/PGJ, DE 2.3.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 24.5 a 2.6.2021, de 16 a 25.8.2021 e de 10 a 19.1.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 06/2021/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, **torna pública a lista dos inscritos para promoção, pelo critério de antiguidade, para a 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, entrância especial:**

Inscritos para promoção: Viviane Zuffo Vargas Amaro e Pedro de Oliveira Magalhães.

Campo Grande, 2 de março de 2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

AVISO Nº 009/2021/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000328-1** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar a implantação e eficiência do serviço público de bem estar animal no município de Campo Grande, especialmente quanto a regulamentação da Lei Municipal nº 5.392/2014, que instituiu o programa "bem estar animal" neste Município.
- 2) Inquérito Civil nº 06.2016.00000518-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Douglas Melo Figueiredo - Assunto: Apurar eventuais danos ao Meio Ambiente em decorrência da abertura de nova vala no lixão municipal de Anastácio, em tese por empresa privada sem autorização específica para isso. **Advogado: Teodoro Nepomuceno Neto, OAB/MS nº 13.192.**
- 3) Inquérito Civil nº 06.2016.00000967-5** - Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Acompanhar a implantação municipal de atendimento socioeducativo e sobre a inclusão de instrumentos de práticas restaurativas nos referidos planos.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2016.00001425-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Chiodelli Alimentos Ltda. - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental consistente na produção/aquisição de carvão vegetal nativo sem a cobertura do documento de origem florestal emitido por órgão competente. **Advogada: Janaina Bonomini P. Gonçalves, OAB/MS nº 13.137 (Pickler Advocacia Ambiental).**
- 5) Inquérito Civil nº 06.2017.00000455-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Eliane Lopes Barbosa Carpejani e Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual fraude na seleção de professores para o projeto AJA-MS na Escola Roberto Scaff.
- 6) Inquérito Civil nº 06.2017.00000860-3** - 76ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar o efetivo funcionamento dos Núcleos de Segurança do Paciente nos Hospitais Públicos Estaduais e conveniados ao SUS de Campo Grande, bem como a implantação dos Protocolos e Notificações de Eventos Adversos, em atendimento à Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. **Advogado: Marcelo Soriano, OAB/MS nº 7.252-B.**
- 7) Inquérito Civil nº 06.2017.00002143-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Anastácio - Assunto: Apurar suposta ocorrência de falha na manutenção do sistema viário no município de Anastácio.
- 8) Inquérito Civil nº 06.2017.00002330-4** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerentes: Wilton Edgar Sá e Silva Acosta - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar: Apurar a)



a inexistência de Ecopontos ou pontos de entrega para resíduos de construção civil de pequeno volume; e, b) a existência de telefone ou canal telefônico (*disque*) para coleta de resíduos de construção civil de pequeno volume.

9) Inquérito Civil nº 06.2017.00002378-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA e CAOHRB - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a inscrição de propriedades rurais no CAR (Cadastro Ambiental Rural), conforme iniciativa estratégica do Núcleo Ambiental.

10) Inquérito Civil nº 06.2018.00002324-1 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro. (IC nº 09/2014, migrado para o SAJMP).

11) Inquérito Civil nº 06.2018.00002824-7 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agripar Aviação Agrícola Ltda. - Assunto: investigar o não cumprimento das exigências técnicas de licença de operação da empresa Agripar Aviação Agrícola Ltda. **Advogado: Nilton Jorge Matos, OAB/MS nº 18.400.**

12) Inquérito Civil nº 06.2018.00003398-3 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Douglas Melo Figueiredo, Prefeito Municipal de Anastácio - Assunto: Apurar irregularidades na contratação, pelo município de Anastácio, da empresa Futura Comunicação de Marketing. (IC nº 18/2011, migrado para o SAJMP).

13) Inquérito Civil nº 06.2018.00003416-0 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: M20 Produções - Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas remarcações de shows produzidos pela M20 Produções.

14) Inquérito Civil nº 06.2019.00000105-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Ivandir Gonçalves Greco e o município de Aral Moreira - Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado por servidor público municipal de Aral Moreira.

15) Inquérito Civil nº 06.2019.00000268-3 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Anastácio.

16) Inquérito Civil nº 06.2019.00000839-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia de descumprimento do disposto no artigo 13 da Lei nº 8.429/92 pelo município de Naviraí/MS.

17) Inquérito Civil nº 06.2019.00001003-9 - 10ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar informações prestadas em reunião na 10ª Promotoria de justiça quanto ao serviço de verificação de óbito.

18) Inquérito Civil nº 06.2019.00001236-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Volnei Alcindo Loro - Assunto: Apurar o armazenamento e utilização de agrotóxicos com data de validade vencida na fazenda Santo Tomaz, bem como apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade com relação à conservação das áreas de reserva legal e preservação permanente, e ainda o correto manejo do solo.

19) Inquérito Civil nº 06.2019.00001881-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Douradina - Assunto: Apurar possível injuridicidade no que tange à Nota de Empenho n. 187/2019, em razão de ter sido emitida, a princípio, em favor de Darcy Freire, ex-prefeito de Douradina/MS.

20) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000140-7 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar o suposto descumprimento da jornada de trabalho pelo servidor público Eduardo Carpejani Mendonça, ocupante do cargo de professor, cedido pelo Município de Aquidauana à Secretaria de Educação do ente municipal local.

21) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000338-2 – SIGILOS - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio.

22) Inquérito Civil nº 06.2020.00000389-3 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Cirúrgica Fernandes - Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares – Ltda. - Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto à falta de itens hospitalares em estoque disponibilizados para compra.

23) Inquérito Civil nº 06.2020.00000401-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Requerido: Claudio Trivelato - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 11,35 hectares, de vegetação nativa, na propriedade rural, "Fazenda Primavera", no município de Alcinópolis/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n.º 1402 da Polícia Militar Ambiental.

24) Inquérito Civil nº 06.2020.00000530-3 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Anastácio - Assunto: Apurar eventual irregularidade



ambiental no imóvel denominado "Área Pública de Anastácio - Prainha." tal como consta na Ficha Cadastral nº 1061, no âmbito do Programa SOS Rios.

25) Inquérito Civil nº 06.2020.00000658-0 - 2ª Promotoria de Justiça Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: 3ª CIA/BPMA/COXIM-MS - Requerido: JOÃO PIO BARBOSA - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 33,42 hectares, de vegetação nativa, na propriedade rural, "Fazenda Santa Rita de Cássia", no município de Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer do NUGEO n. 95/2020.

26) Inquérito Civil nº 06.2020.00000850-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio - Requerido: Elias da Silva Alves, Fernando Momm e Manoel Gerisvaldo Cavalcante - Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio de Recreio - Chácara Pesqueiro da Barra - Lote 13.", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0350, no âmbito do Programa SOS Rios.

27) Inquérito Civil nº 06.2020.00000860-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio - Requerido: Ney Ribeiro Fragelli - Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Fazenda Porto Canuto", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0965, no âmbito do Programa SOS Rios.

28) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001135-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anastácio - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na regulamentação e pagamento de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Anastácio/MS no ano de 2019.

29) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001263-7 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bandeirantes - Assunto: apurar eventuais irregularidades no credenciamento e na contratação de médicos pela Administração Pública Municipal de Bandeirantes/MS, colhendo informações, depoimentos, certidões, perícias e todos os demais documentos porventura necessários para a posterior adoção das providências legais, nos termos da legislação.

30) Inquérito Civil nº 06.2020.00001340-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente - CAOMA - Requerido: Alfonso Rosafa Rodrigues - Assunto: Parecer nº 305/19/Nugeo Programa DNA Ambiental (2016-2017) e Informação nº 13/2020/NUIN-MS/DITEC-MS/SUPES-MS-IBAMA: buscar a reparação/compensação da supressão de 461,89 hectares de vegetação nativa, no período de 30/03/2016 a 11/09/2017, e 94,87 hectares, nos períodos de período de 30/03/2016 a 11/09/2017 e 11/09/2017 a 22/08/2019, fora dos polígonos autorizados nas AA nº 510/2016 e 676/2015, no interior do imóvel rural Fazenda Campo Zélia, pertencente a Alfonso Rosafa Rodrigues, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes. **Advogados: Cassiano Rodrigues Leal, OABMS 22.359; e Orlando Rodrigues Júnior, OABMS 9.255.**

31) Inquérito Civil nº 06.2021.00000081-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Prefeitura Municipal de Maracaju - Assunto: apurar possível irregularidade na contratação de Arnone Neitzke para o cargo de Procurador Municipal na Prefeitura de Maracaju, sem a realização de concurso público ou processo seletivo.

Campo Grande, 1º de março de 2021.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP



ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES – ESMP-MS

Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00003989-2

Partes:

1 - Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, representada por sua Diretora-Geral, Jaceguara Dantas da Silva.

2 – Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, representada pela Procuradora-Geral do Estado, Fabíola Marquetti Sanches Rahim por intermédio da Escola Superior de Advocacia Pública, representada por sua Diretora, Ludmila Santos Russi de Lacerda.

Objeto: Promover a cooperação e o intercâmbio acadêmico, científico, técnico e cultural, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização discente, docente e técnica, bem como ao desenvolvimento institucional.

Amparo legal: Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; Resolução nº 15/2017-PGJ, de 5 de julho de 2017.

Vigência: 22.2.2021 a 22.2.2022

Data da assinatura: 22 de fevereiro de 2021.

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 40/2020

Processo: PGJ/10/3110/2020

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Promotora de Justiça e Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.

Donatário: Paróquia São João Bosco de Campo Grande/MS, representado pelo Pároco, Pe. **Aldir da Silva**.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ.

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social.

Data da assinatura: 09 de dezembro de 2020.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
01	Armário de cozinha	01
02	Mesa para impressora	02
03	Mini rack	01
04	Mapa do Estado de MS	01
05	Armário alto	01
06	Gaveteiro	01
07	Suporte para TV	01
08	Mesa em L	03
09	Cadeira longarina com 3 lugares	07
10	Persiana	03
11	Suporte para CPU	09
12	Rack fechado 19"	01
13	Desumidificador de papel	01
14	Bomba de sucção autoescorvante	01
15	Nobreak	01
16	Aparelho telefônico	11
17	Bebedouro elétrico	01
18	Cadeira digitador	01
	TOTAL DE ITENS	46

**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 02/2021**

Processo: PGJ/10/0258/2021

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Promotora de Justiça e Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.**Donatário: Paróquia São João Bosco de Campo Grande/MS**, representado pelo Pároco, Pe. **Aldir da Silva**.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ.

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social.

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2021.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
01	Mesa com tampo em granito	03
02	Monitor de vídeo	10
03	Impressora	02
04	Aparelho de fax	01
05	Fogão industrial 4 bocas	01
06	Scanner	01
07	Liquidificador industrial	01
08	CPU	05
09	Forno micro-ondas	01
	TOTAL DE ITENS	25

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000097 DE 25.02.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0630/2021**

Credor: A.R. DE OLIVEIRA – DIVISÓRIAS.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.Licitação: **Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2020**.

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 1.235,05 (um mil duzentos e trinta e cinco reais e cinco centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000097 de 25.02.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000098 DE 25.02.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0630/2021

Credor: A.R. DE OLIVEIRA – DIVISÓRIAS.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.Licitação: **Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2020**.

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 78,00 (setenta e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000098 de 25.02.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000099 DE 25.02.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0631/2021**

Credor: A.R. DE OLIVEIRA – DIVISÓRIAS.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 1.719,12 (um mil setecentos e dezenove reais e doze centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000099 de 25.02.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000100 DE 25.02.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0631/2021

Credor: A.R. DE OLIVEIRA – DIVISÓRIAS.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 78,00 (setenta e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000100 de 25.02.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000101 DE 25.02.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0635/2021

Credor: A.R. DE OLIVEIRA – DIVISÓRIAS.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 3.599,29 (três mil quinhentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000101 de 25.02.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000102 DE 25.02.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0635/2021

Credor: A.R. DE OLIVEIRA – DIVISÓRIAS.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 312,00 (trezentos e doze reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000102 de 25.02.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000103 DE 25.02.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0636/2021**

Credor: A.R. DE OLIVEIRA – DIVISÓRIAS.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 1.587,92 (um mil quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000103 de 25.02.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000104 DE 25.02.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0636/2021

Credor: A.R. DE OLIVEIRA – DIVISÓRIAS.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 78,00 (setenta e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000104 de 25.02.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000111 DE 1º.03.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0644/2021

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 32/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000111 de 1º.03.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000112 DE 1º.03.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0644/2021

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 32/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000112 de 1º.03.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2021NE000113 DE 1º.03.2021 DO PROCESSO PGJ/10/0644/2021**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 32/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 600,00 (seiscentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000113 de 1º.03.2021, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 015/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/0145/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **GENARO DOS SANTOS 23814861191**, representada por **Genaro dos Santos**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000139, de 14.01.2021.

Vigência: 20.01.2021 a 31.12.2021.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2021.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 035/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/0221/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MAURO PORTILHO**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Jardim/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Valor estimado mensal: R\$ 100,00 (cem reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000179, de 18.01.2021.

Vigência: 22.01.2021 a 31.12.2021.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2021.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 037/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/0190/2021

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **ENAN – COMÉRCIO DE GÁS LTDA**, representada por **Paulo Atsuhico Kuramoto**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 95,00 (noventa e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho 2021NE000231, de 18.01.2021.

Vigência: 27.01.2021 a 31.12.2021.

Data de assinatura: 27 de janeiro de 2021.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 071/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/0212/2021

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **GENARO DOS SANTOS 23814861191**, representado por **Genaro dos Santos**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 800,00 (oitocentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000191, de 18.01.2021.

Vigência: 22.01.2021 a 31.12.2021.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2021.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 099/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/0174/2021

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **MAURO PORTILHO**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Jardim/MS, a ser executado quinzenalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000353, de 25.01.2021.

Vigência: 29.01.2021 a 31.12.2021.

Data de assinatura: 29 de janeiro de 2021.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 114/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/0097/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **J & E GÁS E ÁGUA MINERAL LTDA**, representada por **José Carlos Rodrigues Maidana**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: O fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000503, de 03.02.2021.

Vigência: 10.02.2021 a 31.12.2021.

Data de assinatura: 10 de fevereiro de 2021.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 122/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/0589/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **GRÁFICA X EIRELI**, representada por **Everton Cação**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: O fornecimento de bandeira de porta e placa de sinalização em PVC, para atender às necessidades do Departamento de Engenharia/PGJ.

Valor estimado mensal: R\$ 772,50 (setecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2021NE000702, de 23.02.2021.

Vigência: 1º.03.2021 a 31.12.2021.

Data de assinatura: 1º de março de 2021.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo PGJ/10/0255/2021.

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993.Ordenador de despesa: **Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**, Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Valor total anual: R\$ 253.200,00 (duzentos e cinquenta e três mil e duzentos reais), nos termos da NE nº 2021NE000725, de 24.02.2021.

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de segurança (*scanner* de inspeção e portal detector de metal), incluído o fornecimento de todo material de consumo, peças e ferramentas necessárias à execução dos serviços, para atender este Ministério Público Estadual.

Justificativa: Apenas a empresa VMI Sistemas de Segurança Ltda. se apresenta apta a prestar o serviço de manutenção em tela, pois é a responsável, com exclusividade, no território nacional, pela comercialização, prestação de serviços de manutenção e assistência técnica, relativamente aos equipamentos Spectrum 5030/5333 e Portal Garret, PD6500I, conforme documentos de fls. 23-24/verso. Por ser fornecedora exclusiva, inexistente motivo que justifique a realização de um procedimento licitatório.

Ratifica: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 24 de fevereiro de 2021.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/PGJ/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2020 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.217 DE 3 DE JUNHO DE 2020 (PÁGINA 26), NO DOMP-MS Nº 2.280 DE 3 DE SETEMBRO DE 2020 (PÁGINA 18) E NO DOMP-MS Nº 2.341 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020 (PÁGINA 109) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/0329/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FLAVIO VASCONCELOS ALVES E CASTRO**, representada por **Flavio Vasconcelos Alves e Castro**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual prestação de serviços de locação de veículos, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Locação de veículo de passageiros sem motorista, modelo hatch , com ar condicionado, movido à gasolina ou álcool, potência mínima de 1.4 cc, capacidade de 5 (cinco) passageiros, 5 (cinco) portas, cor sólida (azul, branca ou preta) ou metálica (prata, chumbo ou azul). Total estimado de veículos a serem locados pelo período de 12 (doze) meses: 11 unidades	Serviço Mensal	132	1.300,00
2	Locação de veículo de passageiros sem motorista, modelo camionete cabine dupla , com ar condicionado, movido à gasolina ou álcool, potência mínima de 2.0 cc, capacidade de 5 (cinco) passageiros, 5 (cinco) portas, cor sólida (azul, branca ou preta) ou metálica (prata, chumbo ou azul). Total estimado de veículos a serem locados pelo período de 12 (doze) meses: 3 unidades	Serviço Mensal	36	3.884,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 27 de maio de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

COSTA RICA

EDITAL N. 09.2021.00000753-8

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo – PA 09.2021.00000753-8, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Administrativo n. 09.2021.00000753-8.

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requeridas: Fundação Hospitalar de Costa Rica (FHCR) e Secretaria Municipal de Saúde de Costa Rica/MS

Assunto: Averiguar a regularidade da instalação e funcionamento dos leitos de UTI e clínicos na FHCR, durante a pandemia do Covid-19, e fiscalizar as ações e medidas executadas pela Gestão Municipal de Saúde de Costa Rica para prevenção, controle e contenção de riscos de danos e agravos à saúde pública em decorrência do novo coronavírus.

Costa Rica, 01 de março de 2021.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD

Promotor de Justiça